

## Fundeb permanente é aprovado pelo Senado

Foi aprovado ontem, 25, por unanimidade pelo Senado, a PEC 26/2020, que tornou o permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O relator da matéria na Casa, senador Flávio Arns (Rede-PR), manteve o relatório aprovado na Câmara em julho, de autoria da deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO).

A PEC original (15/2015) foi apresentada em 7 de abril de 2015 pela então deputada federal Raquel Muniz (PSC-MG).

Como se trata de uma emenda à Constituição, o texto será promulgado nesta quarta-feira (26) e não corre o risco de ser vetado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Construído com a participação da sociedade por meio de debates e mobilização de entidades como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, coalizão composta de diversas entidades ligadas à educação.

Entre as conquistas, está a incorporação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), o aumento dos atuais 10% para 23% da complementação da União, e a preservação do Salário-Educação.

O CAQ é um parâmetro do montante a ser investido a cada ano, por aluno, para garantir a melhoria da qualidade do ensino nas creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental e mé-



dio. Para isso, leva em consideração os custos de manutenção para todas as etapas da educação básica.

O objetivo é garantir um padrão mínimo de qualidade, com oferta de infraestrutura, biblioteca, quadra, laboratório de ciências e acesso à internet, entre outros, tudo visando reduzir as desigualdades educacionais.

Segundo o Ministério da Educação, 31% das escolas não têm sequer acesso a água potável. Reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação e adotado no Plano Nacional de Educação, o CAQ foi desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### Fundeb atual

O Fundeb atualmente em vigor, criado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – conforme lembrou o senador Humberto Costa (PT-PE) –, perde

a validade em 31 de dezembro. Se o novo não tivesse sido aprovado, 94,2% das matrículas da educação básica em todo o país estariam seriamente ameaçadas, conforme cálculos do Dieese.

O Nordeste seria a região mais prejudicada, uma vez que 98% dos municípios perderiam recursos. Na região Norte, 93% das cidades também deixariam de receber investimentos, seguindo-se o Centro-Oeste (57%), Sul (50%) e o Sudeste (56%).

Em votação histórica, os educadores Paulo Freire (1921-1997), Darcy Ribeiro (1922-1997) e Anísio Teixeira (1900-1971) foram homenageados por diversos senadores, como Paulo Paim (PT-RS), Rogério Carvalho (PT-SE), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Fabiano Contarato (Rede-ES).

Com informações repassadas pela CUT.

## IFMA abre inscrições para teste de proficiência em língua francesa DELF

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA)/CEPELI, o Service de Coopération Et D'Action Culturelle - SCAC e a Fundação Josué Montello, em parceria, abriram inscrições para teste de proficiência em língua francesa DELF nos níveis B1 e B2. As provas escritas coletivas serão aplicadas nos dias 12 e 13 de novembro, já as orais individuais, de 12 a 14 de novembro. O período de inscrições vai até o dia 25 de setembro pela internet - [www.fjmontello.org](http://www.fjmontello.org).

O valor da inscrição é de R\$ 311,00 para o DELF B1 e de R\$ 380,00 para o DELF B2. O DELF é dividido em quatro provas, com base nos níveis do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CECR), do Conselho Europeu: A1, A2, B1 e B2. Já o DALF divide-se nos níveis C1 e C2. Os programas de mobilidade acadêmica internacional apontam o DELF B1 e/ou B2 como condição para as ações de internacionalização das suas instituições. Portanto, esses níveis são as prio-

riedades do IFMA para 2020.

Desde 2017, o IFMA está autorizado pela Embaixada da França no Brasil como Centro de Exames DELF/DALF oficial no Maranhão. O objetivo é “fomentar a comunicação nos principais idiomas; implantar uma política de ensino, pesquisa e extensão linguística e apoiar a logística de aplicação de testes de proficiência, ensino de língua portuguesa e de língua estrangeiras”.

Fonte: IFMA



## União suspende mais de R\$ 21 milhões em pagamentos indevidos do FGTS para servidores públicos

A Advocacia-Geral da União (AGU) suspendeu na Justiça a execução de mais de R\$ 21 milhões em ações trabalhistas de servidores da Fundação Nacional de Saúde que reivindicam recebimento indevido de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Só em agosto, foram sete julgamentos favoráveis no mérito de ações rescisórias ajuizadas nos Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª e 8ª Regiões. Com esse resultado, já são 82 liminares e 37 méritos favoráveis à União.

“A realização de sustentações orais e despachos com desembargadores tem se mostrado uma estratégia exitosa, o que tem se revertido em acolhimento das ações rescisórias ajuizadas, revertendo condenações que, com todo o respeito, violavam normas jurídicas, o que, em última análise, se reverte em benefício para a coletividade, com ganhos expressivos”, avalia o Procurador Federal Gabriel Santana Mônaco, da Equipe Regional de Matéria Trabalhista da Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1).

### Mudança de regime

Em 1990, os servidores foram transferidos do regime celetista para



o estatutário sem passarem por concurso público. Muitos deles ajuizaram reclamações trabalhistas com objetivo de receber o FGTS retroativo.

Diversas execuções de sentenças transitadas em julgado estão em curso na Justiça do Trabalho. Até então, em alguns Tribunais prevalecia a tese de que o ato de transmutação de regime teria sido ilegal, não havendo ruptura do vínculo celetista. Isso justificaria o pagamento de FGTS retroativo de 1990 até a atualidade.

Mas a AGU vem revertendo esse entendimento. Ao todo, já foram propostas 135 ações rescisórias, em processos avaliados em aproximadamente R\$ 31 milhões. Em cerca de 60% das ações,

a Advocacia-Geral conseguiu suspender o pagamento por meio de liminares.

“Essas decisões têm um grande impacto não só quanto os valores de condenações revertidas, mas sobretudo para evitar a multiplicação de ações desta natureza, uma vez que há um forte desestímulo para esse tipo de aventura judicial. A transmutação de regime ocorre justamente por vontade do legislador constituinte, não havendo qualquer violação dos princípios constitucionais”, finaliza Gabriel Santana Mônaco.

Fonte: Assessoria de Imprensa da AGU

**Formação sobre Violência e Assédio no Ambiente Escolar**

27.08, das 14h às 17h via Google Meet

Viviana Santiago (Gerente de gênero e incidência política da Plan International Brasil)

Susan Lucena (Diretora da Casa da Mulher Brasileira)

Malara Bulhão (Pedagoga e Educadora Social na Plan International)

**Doar é um gesto de amor**

**O que precisamos:**

**Material de limpeza e higiene pessoal**

Período da campanha: 01/07 a 01/08

**Contato para doações:**  
(98) 98184-7926 (Karina Lindoso)

MADE A MELHORAR A VIDA DE MILHARES DE CRIANÇAS E ADULTOS COM CANCER

CARMÍNHA LUTOU CONTRA A LEUCEMIA. HOJE DESOI EN 2014, ANUALMENTE CENTENAS DE CRIANÇAS SÃO DIAGNOSTICADAS COM ALGUM TIPO DE CANCER NO MARANHÃO

PRELADO ANTONIO DINO